

Diagnóstico das bibliotecas do nordeste brasileiro na área de comunicação social

Maria das Graças Targino¹

Considerando os esforços desenvolvidos pela Rede Nacional de Informação em Comunicação (PORTCOM) para sistematizar e agilizar a informação na área de comunicação, objetiva-se traçar o diagnóstico das coleções das bibliotecas de universidades públicas e privadas do Nordeste (NE) no que concerne à área de comunicação, porquanto a autora está à frente do Núcleo Regional Nordeste. Seguindo procedimentos metodológicos estabelecidos pela Coordenação da PORTCOM, de março a maio de 2000, aplicou-se questionário aos 19 cursos de comunicação dos nove estados para coletar dados alusivos à identificação, estrutura administrativa, serviços e produtos, registrando-se a adesão de 12 (63,16%) instituições.

Palavras-chave: Bibliotecas universitárias brasileiras - Comunicação, Comunicação – Bibliotecas brasileiras, Comunicação – Informação, Rede de informação em comunicação Rede de informação em comunicação em língua portuguesa – PORTCOM, Rede nacional de informação em comunicação

1 Introdução

A Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – INTERCOM -, sociedade civil sem fins lucrativos, criada em São Paulo, em 12 de dezembro de 1977, congrega pesquisadores e profissionais brasileiros da área de comunicação. Em termos genéricos, visa a promover estudos avançados em âmbito interdisciplinar, o que pressupõe estimular e facilitar o acesso à ciência, à tecnologia e à cultura, além de contribuir para o desenvolvimento da produção técnico-científica e para a promoção da cultura nacional e regional, favorecendo a preservação e o conhecimento dos bens e valores culturais do País. (SOCIEDADE..., 2000).

São objetivos que exigem, *irremediavelmente*, acesso à informação. Em termos individuais, é indiscutível a importância crescente da informação como fator de integração, sociabilização, democratização, igualdade, cidadania, libertação e dignidade pessoal. No campo social e político, impõe-se como elemento de transformação do homem, aliando-se aos modernos meios de comunicação para conduzir o desenvolvimento científico e tecnológico das nações, por meio da transferência de informações ou difusão de novas idéias e tecnologias. Insere-se no processo desenvolvimentista, configurando e fortalecendo o binômio informação versus avanço social. É a consolidação da sociedade do conhecimento ou *sociedade da informação*, em que a informação assume papel prioritário.

¹ Doutora em Ciência da Informação, Universidade de Brasília, DF - Professora Visitante da Universidade Federal do Piauí, Teresina – PI Coordenadora do Núcleo Regional Nordeste da Rede Nacional de Informação em Comunicação



Consciente deste poder *invisível* da informação, a INTERCOM mantém, em sua estrutura organizacional, a Diretoria de Informação, encarregada do desenvolvimento da *Rede Nacional de Informação em Comunicação –PORTCOM-*. Isto porque, como o inglês R. S. WURMAN (1992) descreve, na atualidade, a quantidade de informação duplica a cada oito anos e há indícios de que, em breve, dobrará a cada quatro anos. Só nas últimas três décadas, produziu-se um volume de informações novas maior do que nos cinco mil anos anteriores. Cerca de mil livros são editados no mundo a cada dia. Trata-se de verdadeira avalanche de dados que chegam à sociedade, vindos de meios tradicionais, como o livro, a revista, o jornal, o rádio, a televisão ou de sofisticadas redes eletrônicas de informação.

E é este caos documentário, que faz com que, cada vez mais, as instituições busquem modalidades de cooperação, com o intuito de acelerar o processo de transferência da informação. Dentre tais modalidades, destacam-se as redes e os sistemas. Sem aprofundar os aspectos conceituais, sabe-se que o sistema requer hierarquia vertical e rígida, enquanto a rede, relacionamento horizontal e voluntário de colaboração entre os integrantes. A rede é concebida como arranjo formal, segundo o qual várias instituições adotam o mesmo padrão de troca de informações, materiais e serviços, tendo em vista um propósito comum, mediante o cumprimento de requisitos, como: estabelecimento de uma política de informação, compatibilidade de processos, acesso a meios de telecomunicação, recursos humanos qualificados, e possibilidade de redução dos custos operacionais. Sob tal perspectiva, a PORTCOM pretende constituir-se referência nacional de toda a produção técnico-científica e acadêmica brasileira em comunicação, contribuindo para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da prática profissional, mediante a consecução das seguintes metas:

- ❖ integração das unidades brasileiras de informação em comunicação;
- ❖ desenvolvimento de produtos e serviços de informação no domínio da comunicação, através de metodologia comum de compartilhamento de recursos e de utilização de novas tecnologias de informação;
- ❖ controle sistemático da produção técnico-científica em comunicação, na esfera nacional;
- ❖ acesso à informação técnico-científica em comunicação, produzida e disponível nas diferentes regiões brasileiras;
- ❖ intercâmbio de experiências entre as unidades de informação integrantes da Rede;
- ❖ preservação da memória nacional no que concerne à produção técnico-científica nacional em comunicação - PORTCOM, 2000.

São metas fixadas a partir dos valores ora mencionados, estabelecidos no documento supracitado:

- ❖ informação de qualidade visando à melhoria do ensino e da pesquisa no País;
- ❖ preservação da memória nacional no campo da comunicação;
- ❖ valorização do trabalho em equipe para disseminação mais eficiente e ágil da produção nacional;
- ❖ extensão à comunidade da informação produzida nas universidades.

preenchidos, 12 questionários (63,16%), representativos de oito dos nove estados nordestinos (FIG.1), com a omissão de Sergipe: **(a)** Alagoas, uma biblioteca; **(b)** Bahia, duas; **(c)** Ceará, duas; **(d)** Maranhão, uma; **(e)** Paraíba, duas; **(f)** Pernambuco, duas; **(g)** Piauí, uma; **(h)** Rio Grande do Norte, uma.

Após a realização do pré-teste e sua reelaboração, o instrumento definitivo de coleta caracteriza-se como questionário misto, estruturado em três grandes partes. Apenas para efeito de controle, a fase inicial trata da *identificação das bibliotecas*: nome; vinculação (escola, biblioteca central, departamento), denominação da universidade, endereço completo, incluindo fone, fax, *e-mail* e URL, nome do responsável, delineando-se o tipo de instituição e a cobertura temática. A segunda divisão coleta dados sobre a *estrutura administrativa das bibliotecas*: **(a)** tipo de biblioteca; **(b)** atividades centralizadas; **(c)** nível de automação; **(d)** serviços automatizados; **(e)** softwares utilizados; **(f)** instrumentos usados no processamento técnico; **(g)** formas de acesso ao catálogo; **(h)** conteúdo do catálogo bibliográfico geral; **(i)** participação em redes nacionais.

Na parte três são explorados itens alusivos *aos serviços e produtos produzidos pelas bibliotecas*, com ênfase para a *área de comunicação*, mediante a formulação de 10 questões, algumas com desdobramento, sobre: **(a)** catálogo bibliográfico; **(b)** base de dados; **(c)** indexação de periódicos; **(d)** instrumentos utilizados na indexação; **(e)** outros serviços e produtos *on-line*; **(f)** acesso à Internet; **(g)** edição de publicações



FIGURA 1 – Distribuição geográfica das bibliotecas do nordeste

verdadeiro inferno social, caracterizado por três elementos. Primeiro, a desigualdade na distribuição da renda, que conduz a um imensurável contraste entre a riqueza de uma minoria e a pobreza de uma grande maioria. Depois, a degradação ambiental, combinando possíveis benefícios da modernização agrícola e urbano-industrial com a promiscuidade das concentrações populacionais das áreas urbanas. Em terceiro lugar, o desequilíbrio econômico e as disparidades sociais entre as regiões, dando origem a brasis distintos e a tensões sociais. É o agravamento da heterogeneidade do Brasil, com acentuadas disparidades econômicas entre regiões e classes sociais, acarretando reflexos perversos nos setores fundamentais da vida nacional, como saúde, educação, saneamento, habitação, alimentação, transporte e seguridade social. São reflexos que atingem a produção técnico-científica de docentes e pesquisadores, as instituições de pesquisa, as bibliotecas e centros de documentação, uma vez que o Centro-Sul brasileiro não apenas possui as melhores universidades, como também determina o centro nevrálgico do capital. As grandes editoras, as grandes empresas, os meios de comunicação mais poderosos estão aí localizados.

Considerando dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento –PNUD-, (1998), que adota nova concepção de desenvolvimento e novo indicador, o Índice de Desenvolvimento Humano –IDH-, o qual mensura o progresso das nações, através da combinação de três indicadores – longevidade, nível educacional e acesso a recursos -, valorizando, prioritariamente, não a quantidade de capital acumulado, mas a forma como os recursos gerados pela economia são utilizados em prol da qualidade de vida, sabe-se que o Brasil, pela primeira vez, integra o grupo das 64 nações com alto desenvolvimento humano, na 62ª posição mundial. Figura aquém de países como Chipre, Barbados, Eslovênia, República Dominicana, Bahamas e Fiji. Na América Latina, está abaixo do Chile, Costa Rica, Argentina, Uruguai, Panamá, Venezuela, México e Colômbia. Mas, se há quatro décadas, estava no bloco dos mais pobres, ao lado de Zâmbia e Bangladesh, sua ascensão ao bloco dos países de alto IDH aponta para a possibilidade de redução da extrema polarização, em que convivem no mesmo território, estados que se comparam às nações mais desenvolvidas ao lado do *“Nordeste que varia entre o subcontinente indiano e os piores países da África...”*, conforme CASTRO, CABROL (1998, p. 52).

De fato, os nove estados do NE são os que alcançam índices mais baixos dentro da Federação, junto com Tocantins e Pará, sendo nordestinos os quatro piores: Piauí, Alagoas, Maranhão e Paraíba. Os valores referentes ao Sul, Sudeste e Centro-Oeste estão relativamente próximos, mas distantes dos resultados associados ao Norte que, por sua vez, são significativamente superiores ao índice alusivo ao NE (TAB. 1), com o agravante de que nessa região, nenhum dos estados alcança a categoria de alto desenvolvimento humano em contraposição a Rondônia e Roraima, estados do Norte.

Ainda de conformidade com o PNUD (1996), o Brasil possui nível de pobreza maior do que México, Venezuela, Uruguai e Chile, por exemplo, e menor do que Bolívia, El Salvador, Guatemala, Honduras e Panamá. São 41.919 milhões de pobres ou 30,2% da população global, embora o número de indigentes seja consideravelmente menor. No entanto, a pobreza no Brasil tem um componente claramente regional, sendo mais elevadas as proporções no NE (45,8%) e no Norte (43,2%), reduzindo-se em direção ao Centro-Oeste (24,8%), Sudeste (23%) e Sul (20,1%), com o registro de índices *sempre* mais altos para a população rural em comparação com as áreas

TABELA 1 - Brasil, índice de desenvolvimento humano –IDH- por região e estado².

ESTADOS/ REGIÕES	ESPERANÇA DE VIDA	ESCOLARIDADE	RENDA PER CAPITA	IDH	RANK
Brasil	0,710	0,825	0,954	0,830	
Regiões					
Norte	0,706	0,777	0,697	0,727	4
Nordeste	0,658	0,714	0,452	0,608	5
Centro-Oeste	0,726	0,860	0,959	0,848	3
Sudeste	0,730	0,875	0,966	0,857	2
Sul	0,753	0,870	0,957	0,860	1
Região Norte					
Rondônia	0,701	0,807	0,953	0,820	10
Acre	0,701	0,709	0,854	0,754	16
Amazonas	0,711	0,764	0,850	0,775	14
Roraima	0,688	0,838	0,928	0,818	11
Pará	0,709	0,770	0,631	0,703	18
Amapá	0,714	0,845	0,798	0,786	13
Tocantins	0,703	0,835	0,223	0,587	23
Região Nordeste					
Maranhão	0,644	0,687	0,311	0,547	25
Piauí	0,657	0,657	0,288	0,534	27
Ceará	0,669	0,714	0,388	0,590	22
Rio Grande do Norte	0,670	0,731	0,603	0,668	19
Paraíba	0,636	0,682	0,354	0,557	24
Pernambuco	0,624	0,750	0,471	0,615	21
Alagoas	0,615	0,638	0,363	0,538	26
Sergipe	0,683	0,751	0,760	0,731	17
Bahia	0,691	0,732	0,541	0,655	20
Região Centro-Oeste					
Mato Grosso do Sul	0,738	0,855	0,952	0,848	5
Mato Grosso	0,717	0,841	0,742	0,767	15
Goiás	0,727	0,854	0,778	0,786	12
Distrito Federal	0,723	0,902	0,981	0,869	2
Região Sudeste					
Minas Gerais	0,738	0,843	0,888	0,823	9
Espírito Santo	0,737	0,839	0,931	0,836	8
Rio de Janeiro	0,700	0,867	0,965	0,844	7
São Paulo	0,740	0,895	0,970	0,868	3
Região Sul					
Paraná	0,737	0,851	0,954	0,847	6
Santa Catarina	0,758	0,876	0,954	0,863	4
Rio Grande do Sul	0,764	0,883	0,960	0,869	1

ADAPTAÇÃO DA FONTE: PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). *Desenvolvimento humano e condições de vida: indicadores brasileiros*; 1998. Brasília: IPEA, FJP, 1998. 140 p. p. 122

² O IDH fixa um mínimo e um máximo para cada dimensão e comprova onde cada país se situa com relação a essas escalas, expressas com valor entre zero a um. Quanto mais próximo de um, melhor é a qualidade de vida. Quanto mais próximo de zero, pior ela é. Se a proporção mínima de alfabetização é 0% e a máxima, 100%, por conseguinte, o componente de alfabetização medindo o conhecimento num país cuja taxa de alfabetização alcança 75% é de 0,75. Por sua vez, considerando 25 anos como a esperança mínima de vida e a máxima, 85, conclui-se que a longevidade para uma nação onde a esperança de vida é de 55 anos seria de 0,5. Para a renda, o mínimo é de cem dólares e o máximo, 40.000. Rendas acima da média mundial são ajustadas via taxas de desconto progressivamente mais elevadas. A pontuação para as três dimensões resulta da sua média na construção de um índice global. A partir de então, é possível agrupar os países, de acordo com o IDH: (a) países com baixo desenvolvimento humano – IDH menor do que 0,500; (b) países de médio desenvolvimento humano – IDH entre 0,500 e 0,800; (c) países de alto desenvolvimento humano – IDH superior a 0,800.

metropolitanas e urbanas não metropolitanas. O número elevado de pobres no NE brasileiro deve-se a indicadores superiores a 40% em todos os estados, salvo Alagoas e Sergipe, cuja relevância populacional é pequena. E a desagregação dos dados apontam o Piauí como o mais pobre do País, com quase 60% da sua população com renda *per capita* inferior às linhas de pobreza, alcançando índices de 72% na zona rural, seguido do Pará. Porém, a participação dessas duas unidades da Federação no total de pobres do Brasil como um todo é irrisória, em torno de 3% cada uma, devido ao reduzido contingente populacional envolvido. São Paulo, o mais rico Estado brasileiro, é o que detém o maior número absoluto de pobres, aproximadamente cinco milhões, não obstante a proporção de pobres do Estado ser a segunda mais baixa, superando apenas a registrada em Santa Catarina.

Os altos índices de pobreza, associados à insuficiência de renda, sobretudo em relação ao NE refletem nos índices de mortalidade infantil e de analfabetismo, levando em conta este último indicador a população de 15 anos ou mais (TAB. 2). A má distribuição da propriedade da terra, o problema da seca, as dificuldades de obtenção de crédito agrícola, o acesso deficitário a métodos eficientes de uso da terra constituem entraves ao progresso da região e à permanência do homem no campo, atuando como incentivo à migração. De todo o movimento migratório registrado de 1991 a 1996 entre as regiões, 46,1% é de nordestinos, não obstante avanços significativos, como a extração de petróleo na Bahia, o número crescente de indústrias que têm se instalado na região, com destaque para a indústria de calçados, o incremento à indústria do turismo e a valorização do artesanato.

TABELA 2 - Brasil, dados comparativos das regiões

	NORTE	NORDESTE	CENTRO- OESTE	SUDESTE	SUL
Área (km ²)	3.869.637.900	1.561.177.800	1.612.077.200	927.286.200	577.214
População 1996	11.290.093	44.768.201	10.501.480	67.003.069	23.516.730
População urbana (%) 1996	62.35	65.21	84.42	89.29	77.21
Crescimento demográfico anual (%) 1991-1996	2.44	1.06	2.22	1.35	1.24
Densidade demográfica	2.91	28.67	6.51	72.25	40.74
Analfabetismo (%) 1995	13.31	30.49	13.35	9.29	9.11
Mortalidade infantil (%) 1995	35.7*	60.8	28.8	27.7	22.4
Participação no PIB (%) 1995	3.54	12.55	5.86	62.97	15.09
Renda per capita (US\$)	2.339	2.091	4.162	7.009	4.786

COMPILADO DA FONTE: TARGINO, M. das G. **Comunicação científica: o artigo de periódico nas atividades de ensino e pesquisa do docente universitário brasileiro na pós-graduação.** Brasília: Departamento de Ciência da Informação e Documentação da Faculdade de Estudos Sociais Aplicados da UnB, 1998. 387 p. (Tese - Doutorado em Ciência da Informação).

LEGENDA: * Dados referentes somente à zona urbana

Tudo isto significa que se o novo paradigma de desenvolvimento do mundo moderno pressupõe, de um lado,

“...a liberalização econômica, o fortalecimento da economia de mercado e um ciclo renovado de revolução tecnológica e inovação, como base para a inserção competitiva nos mercados internacionais e, de outro lado, a Reforma do Estado, com a revisão de suas funções”,

as regiões periféricas, mormente o Nordeste, ainda permanecerão por algum tempo na dependência de uma forte intervenção governamental, com o intuito de neutralizar suas deficiências de infra-estrutura, nível tecnológico e capacidade empresarial. Porém, contrapondo-se ao antigo modelo protecionista, autárquico, estatizante e ultrapassado tecnologicamente, essa intervenção deve seguir novos moldes, enfatizando *“...a convergência de objetivos nacionais e regionais, a sustentabilidade do processo de desenvolvimento, a parceria, a seletividade e a contínua busca de níveis mais elevados de eficiência e produtividade no uso dos escassos recursos disponíveis”*, sem perder de vista a globalização, porquanto se vivencia um novo momento da história universal, quando emergem novos fatores de democracia, com a inclusão de mais canais de expressão da população, uma sociedade mais permeabilizada, e agências de decisão mais dispersas (BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento, 1997, p. 13).

4 Identificação e estrutura administrativa das bibliotecas do nordeste

Tipo de instituição

Obviamente, o quadro acima exposto reflete sobremaneira na educação. Não é à toa que o ensino público, em níveis fundamental e médio decaem assustadoramente, dando lugar a verdadeiras empresas lucrativas em educação, privilegiando grupos privados, sob o falso argumento de modernização. Após implementar ações para o ensino fundamental, o governo prepara reforma para o ensino médio, cuja essência consiste em devolver a esse nível de ensino o caráter de curso de formação geral. Porém, o mais grave não é a percepção de que, no Brasil de hoje, o ponto de estrangulamento da educação é o ensino fundamental, mas a constatação de que toda essa crise avança sobre as universidades, a tal ponto que, diante da palavra – universidade – a primeira idéia que ocorre a quem reflete sobre o fenômeno universitário é crise. Não há registro na história da universidade brasileira de crise com proporções à que se vivencia neste momento. Crise no que tange a estrutura organizacional, as gestões acadêmica e administrativa. Crise mais relevante ainda no seu modelo de financiamento.

No entanto, os resultados mostram que dentre as bibliotecas respondentes, a maioria (10 ou 83,33%) está vinculada a universidades públicas em contraposição a duas (16,67%), de instituições privadas. A primazia desta universidade no item alusivo ao *tipo de instituição* mostra que, independente da instabilidade ora vivenciada, ela ainda tem posição de destaque no processo de educação do País, até porque a transformação de instituições de pequeno porte em organizações de ensino de massa não soluciona os problemas que se agigantam em sua esfera.

Cobertura temática

Entre os 12 cursos que compõem a amostra, a habilitação *jornalismo* está presente em 11 deles, seguida de RP, com cinco menções; radialismo (rádio e TV) e PP, ambas com duas, o que constata a hegemonia do jornalismo no âmbito da comunicação, embora esta se expanda através de todas as suas habilitações, figurando, cada vez mais, como espaço de interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, porquanto está presente como processo social essencial a todas as atividades humanas. Conseqüentemente, quando questionadas sobre sua *cobertura temática*, 11 bibliotecas (registra-se uma abstenção) afirmam ter publicações acerca de jornalismo. Em seguida, estão RP (10 pontos) e radialismo e PP, com oito pontos, cada. Os índices mais baixos ficam para cinema e produção editorial, com respectivos seis e cinco menções, exatamente as habilitações que não constam dos cursos nordestinos, o que justifica sua posição mais baixa neste *ranking*.

Tipo de biblioteca

A Lei nº 5.540, de 1968, referente à reforma universitária, incentiva a implementação de bibliotecas centrais em substituição às bibliotecas unitárias, então em voga, quando, em seu Art. nº 11 prevê a organização das universidades com base em “*unidades de funções de ensino e pesquisa, vedada a duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes*” e também na “*racionalidade de organização, com plena utilização dos recursos materiais e recursos humanos*” (BRASIL. Leis, decretos etc., 1968, p. 129).

Assim, mesmo quando algumas instituições de ensino superior –IES– retomam o modelo de biblioteca descentralizada por motivos distintos, como número crescente de cursos, distância geográfica entre os setores e acervo gigantesco, entre as unidades pesquisadas, no que concerne ao *tipo de biblioteca*, há hegemonia da biblioteca central. São 10, ao lado de tão-somente duas setoriais, sob as denominações *Biblioteca Setorial de Comunicação Social e Biblioteca de Humanidades*.

Nível de centralização/atividades centralizadas

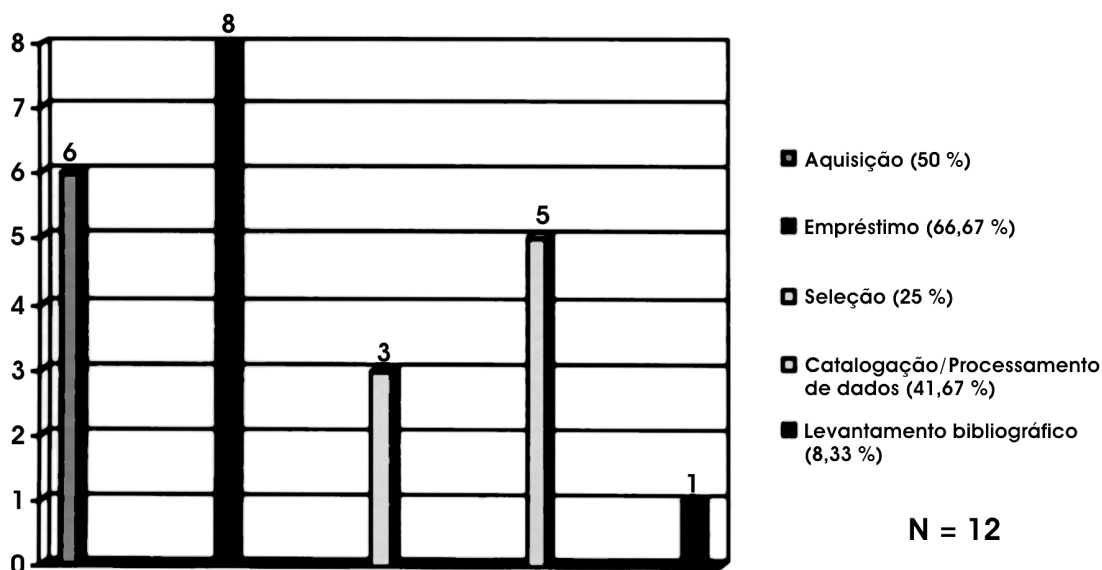
De fato, a racionalização de esforços prevista na Lei supracitada é expressiva. Em se tratando do *nível de centralização*, apenas num caso, restringe-se à *aquisição* do material bibliográfico, por sinal, serviço centralizado em 100% das universidades. No que concerne ao *processamento técnico*, este é centralizado em 10 bibliotecas; a *gerência*, em nove e a *seleção*, em oito. Ao que parece, a descentralização diz respeito mais ao espaço físico: numa das setoriais as quatro atividades são centralizadas, enquanto na outra, somente a seleção está descentralizada.

Nível de automação, serviços automatizados e softwares utilizados

Com base nas disparidades regionais discutidas, vê-se como é difícil fixar um parâmetro único de desenvolvimento, quando se fala do Brasil, país-continente. Ao mesmo tempo que o avanço da informática e da Internet é irreversível, seus efeitos sociais, em termos de Brasil, são difusos, diversificados e complexos. É preciso que cada região/estado estabeleça suas prioridades, com base na qualidade de vida do povo, como o PNUD (1996, 1998) recomenda. Urge analisar até que ponto são válidos investimentos maciços em infra-estrutura de telecomunicações e de telemática, em detrimento de setores básicos, como saúde, saneamento, transporte público, educação e produção agrícola.

Assim, considerando que as bibliotecas retratam as universidades, da mesma forma que estas retratam a situação educacional das regiões e estados e, por conseguinte, o seu estágio de desenvolvimento, no caso do NE, a maioria das bibliotecas (58,33%) admite que seu *nível de automação* é parcial, em contraposição a cinco (41,67%), totalmente automatizadas, com o agravante de que não há como precisar o que significa a expressão – automação parcial –, mesmo com a enumeração dos *serviços automatizados*. Além do mais, o que surpreende, das cinco, duas citam somente o empréstimo como automatizado, enquanto em meio às bibliotecas parcialmente automatizadas, uma omite os serviços informatizados. A FIG. 2 retrata, em termos gerais, a incidência destes serviços.

FIGURA 2 – Serviços automatizados das bibliotecas do nordeste



LEGENDA: Cada respondente podia assinalar mais de uma opção – pergunta com resposta múltipla, não soma 100%.

É preocupante a diversificação dos *software utilizados*, pois se as novas tecnologias otimizam o processamento e a disseminação de informações, exigem métodos e processos compatíveis a fim de racionalizar custos e operações, o que a diversidade excessiva pode prejudicar. Prevaecem, em cinco casos, sistemas de automação próprios, gerados no âmbito de cada IES. Lembrando ser possível enumerar no questionário mais de um *software*, o *Ortodocs* recebe duas menções e os demais (*Bibliodata/CALCO*; *Archeslib*; *Oracle*; *Aleph* e *Ariel*), uma só, com o registro de uma abstenção.

Instrumentos usados no processamento técnico

Na atualidade, busca-se substituir o modelo de biblioteca centrado na disponibilidade, em que predomina o *just in case*, com ênfase no tamanho da coleção e na possibilidade do *browsing real*, por ser um modelo centrado na acessibilidade, em que prevalece o *just in time*, com destaque para o intercâmbio com as demais unidades de informação conectadas em rede e para o *browsing virtual*. São tentativas para



consolidar a mudança de paradigma do acervo para a informação, do suporte físico para a informação e do processamento técnico para a prestação de serviços. Assim, nada mais natural do que conceber o processamento técnico apenas como elemento facilitador para acesso à informação e não um fim em si mesmo. E, na realidade, os resultados não surpreendem. Dentre *os instrumentos usados no processamento técnico*, o primeiro lugar é do *Anglo-American Cataloguing Rules -AARC2-*, (10 pontos); seguido da Classificação Decimal Universal –CDU-, com nove; Bibliodata/CALCO, sete; Classificação Decimal de Dewey –CDD- e Formato USMARC, ambos com cinco pontos cada, registrando-se uma citação para Processamento de Dados do Senado Federal –PRODASEN- e para Spain.

Catálogo bibliográfico geral – acesso e conteúdo

No item *acesso ao catálogo*, seis disponibilizam seus catálogos em rede (bases bibliográficas) e uma outra está em fase de implantação, com recursos da Financiadora de Estudos e Projetos –FINEP-. Além do mais, confirmando a morosidade das mutações sociais, culturais e econômicas, os sistemas manuais e automatizados sobrevivem lado a lado: nove das bibliotecas possuem terminais eletrônicos para acesso aos catálogos, mas oito conservam a consulta manual. São números que reafirmam a sintonia entre o *continuum* histórico das civilizações e a mentalidade sociocultural e científica. A tecnologia nunca é neutra. Ao contrário, está entregue a homens com escalas de valores, crenças e interesses individuais e coletivos. E como CASTRO, CABROL (1998) enfatizam, estes agem em função desses ideais econômicos, políticos, sociais e culturais, que não se transformam *instantaneamente*.

Dados disponíveis nas teses de BARROS (1999) e TARGINO (1998), à semelhança de estudos empreendidos por CASTRO (1997) e MEADOWS (1999), mostram que nas ciências humanas e sociais –CHS-, logo, em comunicação, o uso e a produção de artigos de periódicos não têm a mesma importância encontrada nas outras ciências. O livro desempenha papel mais importante do que os artigos, face à natureza de suas pesquisas, que demandam elaboração interpretativa dos dados mais densa do que a que caracteriza a divulgação dos resultados de pesquisa nos outros campos. Exigem mais tempo de elaboração (reflexão e redação) e são mais analíticos, o que não se presta ao limite de 10 a 15 de laudas, comuns nas revistas, sem o risco de comprometimento do conteúdo, o que significa que as CHS ainda têm no livro o veículo de comunicação formal mais freqüente.

Assim, em relação ao *conteúdo do catálogo bibliográfico*, reiterando tais premissas, enquanto só oito bibliotecas disponibilizam seus títulos de periódicos, os livros estão nos catálogos das 12 bibliotecas junto com teses/dissertações, o que é extremamente positivo como forma de difusão da produção acadêmica, e portanto, como recurso para amenizar o isolacionismo das universidades brasileiras. Confirmando a proliferação das novas tecnologias, 10 (83,33%) bibliotecas já mantêm em catálogo, dados referenciais sobre materiais audiovisuais, como *compact discs read only memory* (CD-ROM's), vídeos, eslaides, e, surpreendentemente, uma das respondentes disponibiliza até mesmo os folhetos.

Participação em redes nacionais

Descartar a atuação em rede e a adesão a serviços cooperativos, como comutação bibliográfica –COMUT-, empréstimo interbibliotecário, acesso a bases de

dados, catálogo coletivo nacional de periódicos –CCN-, catálogo nacional de conferências etc., em nível de Brasil, é utópico. Sobretudo, no caso do NE, cujo conglomerado de nove estados idiossincráticos opõe-se à fixação de padrões ideais para a região, o que reforça a urgência de compartilhar recursos em todos os níveis (humanos, materiais e financeiros), como único meio de abrandar tal idiossincrasia e reduzir os custos operacionais, garantindo o fluxo de informação às comunidades. Assim, a *participação em redes nacionais* por parte das bibliotecas do NE é significativa. Das 11 respondentes (há uma abstenção), todas participam do COMUT, embora só duas na condição de biblioteca-base; 10, do CCN (uma única biblioteca-base) e, em termos gerais, englobando campos distintos, cinco bibliotecas citam outras redes, com destaque para Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME); Antares; *Scientific Electronic Library Online* –SCIELO-; Bibliodata/CALCO e Internet.

A seguir, a TAB. 3 sintetiza os dados concernentes à estrutura administrativa das bibliotecas do Nordeste:

TABELA 3 – Visão geral da estrutura administrativa das bibliotecas do nordeste

N = 12

DESCRIÇÃO	N	%	DESCRIÇÃO	N	%
<input type="checkbox"/> Tipo de biblioteca			<input type="checkbox"/> Instrumentos processamento técnico*		
Central	10	83,33	AACR2	10	83,33
Setorial	2	16,67	CDU	9	75,00
<input type="checkbox"/> Atividades centralizadas*			Bibliodata/Calco	7	58,33
Aquisição	12	100,00	CDD	5	41,67
processamento técnico	10	83,33	Formato USMARC	5	41,67
gerência do sistema	9	75,00	outros	2	16,67
Seleção	8	66,67	<input type="checkbox"/> Acesso ao catálogo*		
<input type="checkbox"/> Nível de automação			terminal na biblioteca	9	75,00
Parcial	7	58,33	Internet	9	75,00
Total	5	41,67	manual	8	66,67
<input type="checkbox"/> Softwares utilizados*			Intranet	1	8,33
Próprios	5	41,67	<input type="checkbox"/> Conteúdo do catálogo geral*		
Ortodocs	2	16,67	livros	12	100,00
Outros 5	41,67		teses/dissertações	12	100,00
<input type="checkbox"/> Serviços automatizados*			títulos de periódicos	8	66,67
Empréstimo	8	66,67	materiais audiovisuais	10	83,33
Aquisição	6	50,00	folhetos	1	8,33
catalogação/ processamento	5	41,67	<input type="checkbox"/> Participação em redes nacionais*		
Seleção	3	25,00	COMUT	11	91,67
levantamento	1	8,33	CCN	10	83,33
bibliográfico			outras formas	5	41,67

LEGENDA: * Cada respondente podia assinalar mais de uma opção – pergunta com resposta múltipla, não soma 100%.



5 Serviços e produtos das bibliotecas do nordeste

Catálogo bibliográfico específico e base de dados em comunicação

Como possível decorrência do nível de centralização antes descrito, somente duas bibliotecas (uma delas, setorial) mantêm, além do catálogo geral, *catálogos bibliográficos específicos* em comunicação. Também apenas duas produzem *bases de dados* na área, ambas de natureza bibliográfica e utilizando *softs* específicos. Enquanto uma incorpora livros, vídeos etc. e está em terminal da biblioteca, a outra base privilegia tão-somente teses/dissertações e trabalhos de conclusão de curso, em nível de graduação, denominados, quase sempre, de projetos experimentais –PE-, no caso dos cursos de comunicação, colocando seu conteúdo na Internet.

Indexação de periódicos e instrumentos utilizados

Partindo-se da premissa de que ciência é conhecimento acumulado, é perceptível o valor do periódico científico no processo de preservação da memória científica. É ele que, registrando e armazenando os conhecimentos gerados, favorece o registro público. Grosso modo, ainda é o canal mais ágil e de maior abrangência no domínio formal, além de instrumento vital ao estabelecimento da prioridade científica, mediante a manutenção do padrão de qualidade dos trabalhos. Tudo isto, num momento histórico em que o fluxo infinito de informações que inunda a vida dos indivíduos acarreta transtornos no fluxo informacional e a discutida ansiedade de informação de que WURMAN (1992) trata. Mesmo assim, as bibliotecas nordestinas, ao que tudo indica, não privilegiam a publicação periódica. Se, consensualmente, a indexação é essencial à disseminação e transferência da informação na sociedade hodierna, somente três respondentes *indexam títulos de periódicos*, embora uma nem especifique quais são eles, nem os *instrumentos utilizados na indexação*. Uma delas recorre ao vocabulário controlado do PRODASEN e a outra, a termos livres. Uma indexa quatro títulos, um dos quais de circulação local, *Cadernos de Jornalismo e Comunicação*. A outra, 11 periódicos, destacando-se a revista da INTERCOM, Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, ao lado de outras, como *Marketing; Propaganda; Signo e Iris Foto*.

Outros serviços e produtos on-line e acesso à Internet

Concebendo as redes eletrônicas de informação como recurso de atualização da comunidade universitária –BBS-, listas de discussão, correio eletrônico etc., enquanto uma biblioteca não oferece *acesso à Internet* e uma se abstém, todas as demais (10 = 83,33%) mantêm este serviço. Anotando-se três omissões, a FIG. 3 traz o resumo dos *serviços e produtos on-line* mantidos em CD-ROM/disquete e Internet (não há registro para a Intranet), o que dá idéia da expansão dos recursos eletrônicos, em termos de NE, dentro da perspectiva de que instituições, pesquisadores e docentes não sobrevivem isoladamente: há íntima relação entre seu desempenho e o processo desenvolvimentista da região onde atuam.

Duas bibliotecas documentam planos de adoção de novas tecnologias, ora em fase de implementação. Mencionam *Núcleo de Educação Aberta e à Distância; Projeto Virtus; Biblioteca Ensino Fundamental e Médio - Núcleo de Informática Educacional*, mas chama a atenção a intenção dessas instituições em criar bibliotecas virtuais. Concebidas sob duas perspectivas - o uso de bibliotecas no espaço cibernético ou a

o processo de seleção e aquisição de material bibliográfico, e, portanto, para atender as demandas informacionais da comunidade universitária de forma mais consistente e racional. Assim, enquanto uma biblioteca omite, na íntegra, esta informação, três fornecem dados restritos à coleção geral. Na análise das demais, fica evidente a diversificação das formas de controle, como exemplificado: algumas reúnem dados sobre livros, teses/dissertações, CD-ROM's; *outras* unem periódicos nacionais e estrangeiros; *outras* não têm controle dos materiais audiovisuais; *outras* omitem dados sobre os projetos experimentais; *outras* não informam sobre as teses/dissertações; *outras* têm estatísticas em separado por área de conhecimento somente para livros etc.

Esta variedade de procedimentos das instituições impossibilita colocações conclusivas no que tange ao acervo em comunicação, com o adendo de que, como visto, hoje em dia, tão importante quanto acervo significativo do ponto de vista quantitativo, é a prestação de serviços, na concepção mais ampla de biblioteca virtual. Além do mais, surpreende o fato de só duas bibliotecas controlarem a produção do seu corpo discente (os PE) e somente três informarem o número preciso de teses/dissertações no campo de estudo em pauta.

O QUAD. 1 dá uma visão geral dos *recursos humanos* das 12 bibliotecas, mas os dados referem-se, sempre, ao total de servidores dos sistemas de bibliotecas como um todo. Como se percebe, de imediato, por situações extremas, como a biblioteca que possui *sete* funcionários em contraposição à que mantém *119*, é inviável qualquer comparação, uma vez que a avaliação de pessoal demanda, irremediavelmente, confronto com os serviços oferecidos, produtos mantidos, coleção (quantidade e diversidade), horário de funcionamento, estrutura da IES, número de cursos oferecidos, extensão dos serviços bibliotecários à comunidade não universitária, total de docentes, discentes e técnicos etc. É a consolidação da visão sistêmica, quando as bibliotecas universitárias são discutidas em seu contexto institucional, histórico, social, econômico e cultural.

É positivo ver que as instituições contam, *sempre*, com o profissional bibliotecário, variando de quatro (coincidentemente, em três bibliotecas) até 37. A figura do bolsista, salvo uma só exceção, está presente e, às vezes, com totais expressivos, como 32, 29 e 23. Os técnico-administrativos, sobretudo os de nível médio também são numerosos, registrando-se bibliotecas que somam 66 e 63. Dentre as opções – outras categorias -, estão inclusas pessoas contratadas por serviços prestados, em regime de convênio com prefeituras municipais ou que exercem funções de vigilante, encadernador,

QUADRO 1 – Quadro de pessoal das bibliotecas do nordeste

DESCRIÇÃO	BIBLIOTECAS DO NORDESTE*											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Bibliotecários	9	4	21	8	4	24	4	37	15	13	7	8
Bolsistas	23	6	5	4	8	29	-	4	2	18	17	32
TA** de nível superior	14	4	4	4	8	5	1	3	11	5	-	7
TA** de nível médio	17	20	9	66	5	8	2	63	27	21	26	17
Outras categorias	29	3	-	-	-	11	-	12	7	-	8	15
TOTAIS	92	37	39	82	25	77	7	119	62	57	58	79

LEGENDA: * As bibliotecas estão numeradas de 1 a 12, como forma de preservar a sua identidade.

** TA – técnico-administrativos

6 Considerações finais

Conforme visão panorâmica, em termos genéricos, guardadas as limitações comuns a diagnósticos desta natureza, vê-se que as bibliotecas do nordeste, vinculadas a universidades públicas e privadas e responsáveis pela informação em comunicação, apresentam pontos positivos. Não obstante as dificuldades inerentes à região, primam pela otimização de recursos e racionalidade de organização, ao adotarem, majoritariamente, o sistema de biblioteca central. No que concerne à informatização como meio de enfrentar o fluxo gigantesco de informações, peculiar à sociedade atual, ainda que prevaleça o nível de automação parcial (58,33%) e a utilização de *softs* próprios, a disponibilização de dados na Internet sobre os serviços bibliotecários e de informação e até mesmo dos catálogos bibliográficos (50%) evidencia a preocupação com o avanço tecnológico, aliada à participação efetiva em sistemas e redes de informação, que atinge 91, 67% (TAB. 3).

Em comparação com a estrutura, os resultados que dizem respeito a serviços e produtos (TAB. 4) com ênfase para comunicação, são menos estimulantes. Embora 10 (83,33%) das bibliotecas estejam conectadas à Rede, só duas mantêm bases de dados e catálogos específicos voltados para a área. E mais, tão-somente 25% indexam periódicos, com a ressalva de que, quanto à edição dessas publicações, somente seis títulos especializados em comunicação são produzidos no âmbito das IES, com o agravante de que somente 33,33% das bibliotecas controlam a produção técnico-científica dos seus docentes.

Finalizando, infere-se que a melhoria das bibliotecas nordestinas, enquanto instituições fundamentalmente sociais, está atrelada ao processo desenvolvimentista da região, o que requer uma estratégia nacional de desenvolvimento regional que amenize as disparidades expostas nas TAB. 1 e 2, sob perspectivas complementares. De um lado, uma visão estrutural que combata as raízes do subdesenvolvimento das regiões periféricas, orientando a ação do governo e da iniciativa privada, ao longo de vetores básicos de políticas, com destaque para educação e capacitação, desenvolvimento em C&T, reformas institucionais, consolidação e modernização da infra-estrutura. De outro lado, um enfoque espacial que ordene a distribuição das atividades econômicas no plano regional, articulando as regiões “...*entre si e com o exterior, na linha de grandes eixos estruturadores de integração nacional e internacional.*” (BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento, 1997, p. 17). Para o PNUD (1998), tais medidas são essenciais para garantir mudanças de natureza qualitativa nos rumos impostos à evolução deste País.

Na realidade, a situação das universidades de pequeno porte e de suas comunidades acadêmicas só pode ser minorada com a melhor distribuição da renda que permita não só a redução das desigualdades, mas também o aperfeiçoamento das instituições universitárias e das práticas democráticas responsáveis por oportunidades igualitárias para o pesquisador brasileiro onde quer que esteja, o que pressupõe, antes de tudo, sistemas especializados de informação, a exemplo da proposta da PORTCOM.

Diagnostic of social communication libraries in the Brazilian Northeast

Taking into consideration all the efforts exerted by the Information National Network for Communication (PORTCOM), so as to systematize and bring more agility to the field of information in communication, this study basically sought to map out the diagnostics of collections, especially from public and private universities in the North-Eastern Region (NE), Brazil. Basically following those methodological procedures established by the Coordination of PORTCOM, during March and April 2000, questionnaires were applied to 19 courses of Communication in all nine states of the Region. The main goal was to collect data regarding identification; administrative structures; services and products. Only a total of 12 (63.16%) of the potential institutional research participants, actually returned the completed research instrument.

Brazilian university libraries - Communication, Social Communication – Brazilian libraries, Social Communication – Information, Information network for communication in Portuguese – PORTCOM

Referências bibliográficas

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESCOLAS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (ABECOM). *Cursos de Comunicação Social*; cadastro/99. São Paulo, 1999.
- BARROS, A. T. de. *Atores e discursos ecológicos no Brasil: ciência, Estado e imprensa; 1972-92*. Brasília: Departamento de Sociologia do Instituto de Ciências Humanas da UnB, 1999. 274 p. (Tese - Doutorado em Sociologia)
- BRASIL. Congresso Nacional. Comissão Especial Mista. *Desequilíbrio econômico inter-regional brasileiro*. Brasília: 1993. 3 v. v. 3.
- BRASIL. Leis, decretos etc. Lei no 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento de ensino superior e sua articulação com a escola média e dá outras providências. *Documenta*, s.l., n. 94, p. 128-136, nov. 1968.
- BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. *Indicações para uma nova estratégia de desenvolvimento regional*. Brasília: UCB, 1997. 65 p. p. 13.
- CASTRO, C. de M. Festa de brasilianistas, caboclos e diáspora. *Veja*, São Paulo, v. 30, n. 46, p. 128-129, 19 nov. 1997.
- CASTRO, C. de M.; CABROL, M. Afinal que país é este? Belíndia ou Corgola? *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 52, n. especial, p. 39-52, fev. 1998.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *[Informações sobre o PIB brasileiro]*. [on-line] Disponível via e-mails expedidos em 20 e 21 de outubro de 1999 por Gelio Bazoni.
- HOELLE, D. M. Handling electronic information: the librarian's changing role. In: IFLA GENERAL CONFERENCE, 61, 1995, Istambul. *Booklet N° 2...* Istambul: IFLA, 1995. 106 p. p. 74-75. (Paper N0 064-SCE-2/Biol-3-E).
- KNUDSEN, D. W. Higher education: let the teachers teach. *The Institute*, New York, p. 13, Nov. 1995.
- MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. *Técnicas de pesquisa*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996. 231 p.
- MEADOWS, A. J. *A comunicação científica*. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 1999. 268 p.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. *Desenvolvimento humano e condições de vida*: indicadores brasileiros; 1998. Brasília: IPEA, FJP, 1998. 140 p.
- _____. *Relatório sobre o desenvolvimento humano no Brasil*; 1996. Brasília: IPEA, 1996. 186 p.
- REDE NACIONAL DE INFORMAÇÃO EM COMUNICAÇÃO (PORTCOM). *Regimento PORTCOM*. [on-line]. Disponível na Internet via <http://www.intercom.org.br/portcom>. Arquivo capturado em 25 de junho de 2000.
- REZENDE, Y.; MARCHIORI, P. Z. Do acervo ao acesso: a perspectiva da biblioteca virtual em empresas. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 23, n. 3, p. 349-352, set./dez. 1994.
- SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA COMUNICAÇÃO (INTERCOM). *O que é a Intercom?* [on-line] Disponível na Internet via <http://www.intercom.org.br>. Arquivo capturado em 24 de junho de 2000.
- TARGINO, M. das G. *Comunicação científica*: o artigo de periódico nas atividades de ensino e pesquisa do docente universitário brasileiro na pós-graduação. Brasília: Departamento de Ciência da Informação e Documentação da Faculdade de Estudos Sociais Aplicados da UnB, 1998. 387p. (Tese - Doutorado em Ciência da Informação).
- WURMAN, R. S. *Ansiedade de informação*. São Paulo: Cultura, 1992. 380 p.

Recebido em 30/07/2000.

Perspect. cienc. inf., Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 41 - 59, jan./jun.2001